



Reunião Plenária DECONCIC - FIESP

Palestra sobre o
PL 3.729/04



sa
es ADVOGADOS



Lei Geral do Licenciamento Ambiental

a aprovação do PL.729/04

Marcos André Bruxel Saes

Advogado e consultor jurídico, com ampla atuação no consultivo e no contencioso.

Atualmente, é Presidente da Comissão de Direito Ambiental do IBRADIM. Diretor de Meio Ambiente da AELO. Superintendente Regional do IBDiC. Diretor de Meio Ambiente da AELO. Consultor Jurídico da CBIC e do Secovi-SP.

Membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RJ. Membro do Grupo de Trabalho de Licenciamento Ambiental do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE). Professor em Cursos de Pós Graduação.



Tramitação do PL 3.729/2004

17 anos de tramitação, com diversos arquivamentos e propostas de substitutivos;

Recebeu em 2019 aprovação da tramitação em regime de urgência;

Em 2020 a 4ª Versão (Rel. Dep. Kim Kataguiri - DEM/SP) chegou a estar próxima de ser levada para votação, sendo alvo de diferentes debates e audiências públicas;

Em 2021 a 5ª Versão (Rel. Neri Geller - PP/MT) foi aprovada na Câmara dos Deputados, em 14 de maio, com **290 votos**.

Mata Atlântica Ministério Público Judiciário
FUNAI Audiência Pública
Áreas de Preservação Permanente Órgãos estaduais
Lei 6.938/81 IPHAN Decreto n. 6514/08
NBR 15.287/05 ABNT
EIA/RIMA Sistema Nacional de Unidades de Conservação IBAMA
Lei 10.406/02


LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Prefeituras Laudos Lei n. 5.197/67 IN FUNAI n. 01/12
Resolução CONAMA 417/09 Embargos Lei Complementar 140/11
Auto de Infração NBR 6.484/01 ABNT
Ação Civil Pública Poluição Supressão de Vegetação
Órgãos municipais Resolução CONAMA n. 01/86
ICMBio Novo Código Florestal
Resíduos



**O universo é
grande, né, pai?**

**Minha filha, já viu a
quantidade de leis no
Direito Ambiental?**




A judicialização das questões ambientais:

- ACP da ocupação da represa Billings;
- ACP do polo petroquímico de Cubatão;

Principais avanços do PL da Lei Geral

- Modernização; Uniformização; Simplificação; Segurança Jurídica
- Procedimentos Simplificados no âmbito federal
- Licenciamento Ambiental Corretivo



Alterações Conceituais entre a V4 e a V5 do PL

- Retirada da Análise Ambiental Estratégica (AAE)
- Inclusão de lista de atividades não licenciáveis
Art. 8º dos incisos IV até XIII
- Entendimento do STF na ADI STF 5.312/TO: Inconstitucionalidade do dispositivo: *Art. 10º. São dispensadas do licenciamento ambiental as atividades agrossilvipastoris.*



Licença Ambiental por Adesão e Compromisso - LAC

- Regulamentada em mais de 10 estados da federação: BA, CE, ES, GO, MT, PR, RJ, RS, SC e SP
- Julgada constitucional pelo STF nas ADI: 4615/CE e 6288/CE
- Em Santa Catarina, a LAC gerou uma redução de 20% no tempo para emitir uma licença ambiental.



Autoridades Envolvidas

A ausência de manifestação no prazo legal não impede o andamento do licenciamento (art. 42, § 3º); A manifestação fora do prazo deverá ser levada em consideração (40, §5º); Adequação aos conceitos de área de influência direta e área de influência indireta (art. 40)

Licenciamento de Operação Corretiva- LOC

Modalidade de Licenciamento restrita para atividades em operação na data da publicação da lei (art. 22); Previsão de que o LOC pode ser por adesão e compromisso (art. 22§1º) e nesses casos sem necessidade de termo de compromisso (art. 22§2º).



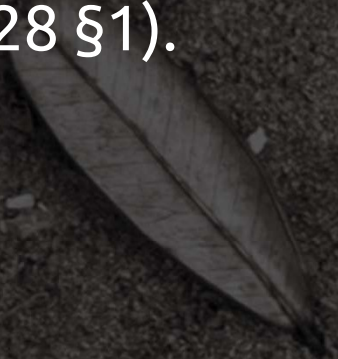
O que muda para o setor industrial?


Possibilidade de se instituir condições especiais no processo de licenciamento em razão do desempenho (Art. 14).

Vedação às “condicionantes sociais” (Art. 13 §1º).

Aproveitamento de estudos nos casos de empreendimentos e atividades localizadas na mesma área (Art. 28).

Disponibilização de dados e estudos em um cadastro nacional unificado - SINIMA (Art. 28 §1).





Próximos Passos do PL 3.729/2004

Enviado ao Senado no dia 18 de Maio de 2021;

Se aprovado sem alterações, entra em vigor em 180 dias após a publicação oficial; Caso o contrário, retorna para a Câmara dos Deputados. Posteriormente, Sanção/Veto.

90 dias após a publicação da lei as autoridades licenciadoras deverão apresentar um relatório sobre as condições para o cumprimento da lei.

Os chefes do poder executivo terão 90 dias após o recebimento dos relatórios para responder justificadamente sobre as condições expostas.



Marcos André Bruxel Saes
marcos@saesadvogados.com.br

www.saesadvogados.com.br
contato@saesadvogados.com.br